

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

**INTERVENÇÃO SOCIAL EM CAMOCIM E SOBRAL ATRAVÉS DAS
ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS – 1950-1980.**

Maria Jussara Rodrigues Oliveira

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA

juss_historia@hotmail.com

Orientador: Prof. Doutor Carlos Augusto Pereira dos Santos

Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA

augustus474@hotmail.com

As pesquisas historiográficas desenvolvidas na Região Noroeste do Estado do Ceará não estão comumente relacionadas com a documentação do tipo das que são próprias as associações comerciais. Diante de uma análise bibliográfica da produção dentro do campo da História que se utilize desse tipo de fonte, podemos afirmar a escassez de trabalhos pautados dentro dessa origem de documentação; ressaltando a existência de poucos trabalhos como “Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim-Ce (1927-1950)” e “Entre o Porto e a Estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-Ce. 1920-1970.” Respectivamente a dissertação de Mestrado e tese de Doutorado do Prof. Carlos Augusto Pereira dos Santos, que leciona na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Afora essas produções nós deparamos com um esquecimento acerca de tão rica documentação. A problematização dessas fontes enriquece e revela novos meios e discussões no processo de produção historiográfica, desvendando novos olhares sobre sujeitos e espaços, compreendendo com mais clareza a ação dos sujeitos históricos da região.

Os acervos a que obtive acesso são compostos por naturezas documentais bem singulares as duas associações comerciais - Camocim e Sobral - como: ofícios, telegramas (expedidos e recebidos) além das atas de reuniões. Essa documentação revela não apenas a realidade e interferência dessas entidades em seus espaços urbanos, ela fala a respeito de uma colcha de relações tecida entre dirigentes, seus associados e a população dessas cidades, que fazem parte da Região Noroeste do Estado do Ceará.

Essa região é uma das sete mesoregiões que compõem o Estado, ela é formada pela constituição de 47 municípios que se agrupam em sete microregiões principais: Ipu, Coreaú, Ibiapaba, litoral de Camocim e Acaraú, Meruoca, Santa Quitéria e Sobral.

Dentro dessas microregiões destacam-se sete cidades principais que são: Sobral, Tianguá, Acaraú, Camocim, Viçosa do Ceará, Granja e Santa Quitéria, dessa forma essas cidades se tornam referência em toda região e assumem papel de destaque seja economicamente, politicamente ou socialmente. Elas agem como principais centros urbanos para as demais cidades circunvizinhas de menor porte. Dentre estas gostaria de destacar as cidades de Sobral e Camocim, devido ter sido as associações escolhidas provenientes desses locais. A escolha dessas cidades se fez devido ao destaque que ambas possuem no Estado do Ceará.

Sobral é o segundo maior pólo urbano econômico e cultural do Estado, seguido por Juazeiro do Norte e Crato. Sendo a segunda maior cidade do interior e a quinta mais povoada da Região. Historicamente ela esteve envolvida nos principais momentos do percurso da história cearense, sendo tombada em 1999 como patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAM). Por sua vez Camocim se torna importante na história cearense devido ser localizado em uma área de intenso intercâmbio e conflitos entre os povos da região. A cidade se consolida de fato como centro urbano com a introdução da estrada de ferro que liga Camocim a Sobral a partir de 1879. Por essas singularidades esses centros se tornaram nosso alvo de problemáticas através de suas associações comerciais, por serem entidades de grande atuação no comércio e na sociedade da região no geral.

As associações nasceram quase que simultaneamente, a Associação Comercial de Sobral (hoje Associação Comercial e Industrial de Sobral, desde os anos 70) foi fundada em 1920, enquanto a Associação Comercial de Camocim em 1918. Sendo características por sua atuação social durante os anos que delimitamos para problematização do estudo de suas intervenções sócias. Sendo assim, através da análise das fontes apresentadas, levando em conta a importância regional dessas cidades, o objetivo dessa produção acadêmica é de fato a construção das relações sócias entre os sujeitos já mencionados e lançar questões sobre os benefícios adquiridos por estas associações por meio de sua atuação.

Essa intervenção a que tanto chamo atenção era de caráter essencialmente assistencialista seja para com seus associados, como público direto, ou a população das

idades. Tais entidades se mostram como um importante recurso ao seu contexto social, suas ações em muitos casos vão além das obrigações para com seus associados e os benefícios adquiridos estão intimamente ligados as necessidades da maioria.

Nessa busca por benfeitorias para a região onde fazem parte, essas associações passaram a ter contato direto com as esferas municipal, estadual e federal como fonte de aquisição de recursos. Como na Associação Comercial de Sobral, onde comumente observamos a presença dos prefeitos municipais em suas sessões. Como é o caso da sessão ordinária de 1956 onde o prefeito municipal Dr. Paulo Sanford é convidado a presidir os trabalhos. O intuito da presença desse ilustre convidado não se configura apenas numa dimensão da visibilidade que sua presença possa sugerir, este é um importante momento para apresentar à esfera municipal as necessidades da população.

Essa Associação tem clara a importância e os benefícios que proporciona a população em geral, ela usa constantemente palavras de ordem como *progresso* em seus discursos, como o proferido em sessão ordinária, a respeito das colaborações úteis a esse intuito:

“[toda] colaboração esta indispensável ao equilíbrio e segurança de nossas atividades e ao ritmo de progresso que lhe devemos impor, pelos dias que hão de vir, no desejo supremo de torná-la [Associação Comercial] respeitada por todos, útil aos sócios e dadivosa para com a coletividade, da qual aflora como uma força renovadora do bem.”

Podemos perceber claramente que as ações dessa entidade não estão desassociadas de um ideal de reconhecimento público, de fato ela anseia ser respeitada e útil para com a esfera social em seu todo. Essas interações com as esferas políticas e o objetivo de reconhecimento social conferiram o título de utilidade pública pela municipalidade sobralense a Associação Comercial de Sobral em 1956, através de lei nº 41 de 25 de abril, criada pelo vereador Ildfonso Cavalcante, título considerado de destaque até hoje pela associação.

Uma das principais lutas da associação era o abatimento de impostos considerados inviáveis, e a busca de recursos financeiros para os comerciantes associados. Como o abatimento de 20% do Imposto de Indústria e Profissão e Imposto de Venda e Consignação. Mas esses impostos não atingiam apenas os comerciantes, como o Imposto sobre os Combustíveis Líquidos, que segundo o discurso de seus dirigentes no período, o aumento acaba “tornando mais angustiosa a sobrevivência da massa.”

Outra iniciativa foi à luta pela Eletrificação do Norte do Ceará por meio da hidrelétrica de Paulo Afonso. Essas empreitadas não se faziam como já destacamos, de sem apoio das instancias políticas. A documentação revela nome de diversos políticos envolvidos nesse tipo de auxílio, entre eles: deputados como Virgílio Távora, Martins Rodrigues e grande parte dos governadores cearenses como Paulo Sarasate. Ela também contava com a ajuda de outras associações comerciais. A Associação Comercial do Ceará surge constantemente em parceria, um exemplo disso é uma das correspondências enviadas para esta entidade, onde a Associação Comercial de Sobral agradece seu empenho no fortalecimento da indústria de cimento cearense instalada na cidade.

A recuperação e melhoramento do aeroporto de Sobral se tornaram constante objetivo da associação, durante os anos 60, além da busca pelo melhor funcionamento dos correios e o sistema telefônico. Ela votou sua atenção para a introdução de várias agências bancárias, entre elas Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica e Banco das Lavras. Era de se esperar esse tipo de iniciativa uma vez que o comércio precisava de recursos para movimentação, e seus associados esperavam e requeriam constantemente boas propostas e descontos bancários. A recuperação de estradas era foco importante da associação, estradas entre Massapê e Sobral, trechos da BR-222 que ligam Sobral a Itapajé foram citadas diante da necessidade de restauração devido às danificações consequentes das chuvas.

As estradas não eram as únicas danificadas pela ação climática, encontramos relatos onde a associação pede auxílio ao comércio da cidade que descreve como sendo abalado pelas inundações, se referindo em outro momento as conseqüências da estiagem na população geral. A Associação Comercial de Sobral surge entrelaçada num compromisso assistencialista, destinada a oferecer bases para o desenvolvimento da cidade e região. O presidente Amaury Amora Câmara, justifica em sua fala em sessão de 1957 a atenção voltada para o povo sobralense:

“Eles, que constituem os maiores problemas de Sobral [serviço de abastecimento de água e a criação do Hotel de Sobral], cidade formosa que se desenvolve num crescimento admirável, tangido quase exclusivamente pelo bom gosto, coragem e dinamismo de um povo que não pára, de um povo que nasce sob os princípios da moral cristã (...) por certo merecerão o apoio de todos os homens de bôa vontade e de prestígio de nossa querida Sobral.”

O povo sobralense poderia ser digno de tão fervoroso comentário, porém não devemos deixar de observar as conseqüências das ações dessas entidades. Elas

obtiveram o fortalecimento (em alguns casos) de alianças políticas, a adesão de novos associados e uma ampla visibilidade social. Essas entidades eram formadas por nomes de destaque dentro da sociedade sobralense, figuram nomes como Amaury Amora Câmara - vereador, legislatura de 1959 e Cesário Barreto Lima - ex-prefeito de Sobral e ex-deputado federal – ambos atuaram como Presidentes da Associação Comercial de Sobral. Não se pode negar a visibilidade adquirida através desse tipo de entidade, os empreendimentos da associação eram uma via favorável ao fortalecimento da repercussão social de seus dirigentes; a política necessita desse meio de “publicidade” para atrair eleitores. A associação não era meramente assistencialista, seu caráter político não pode ser negado à análise historiográfica.

Esse tipo de ação não esteve particularmente restrito a cidade de Sobral, nem a temporalidade posta em discussão. Ao analisarmos a documentação referente à Associação Comercial de Camocim podemos identificar medidas assistencialistas semelhantes à de Sobral, mas adaptadas as necessidades de uma cidade portuária dentro desse recorte e até mesmo recuando no tempo aos anos de 1920 a 1933. É sempre constante nos registros a preocupação com a área portuária da cidade, sempre sujeita a presença de pessoas consideradas inconvenientes e marginais, a essa preocupação soma-se um discurso moral mais presente nos registros dos anos 20, daí a necessidade de um policiamento ativo. O litoral era não apenas ponto de comércio era local de entretenimento e passeios da população camocinense, a presença de Cafés, prostitutas e comportamentos impróprios deveriam ser abolidos do local.

Ela também agiu no sentido da venda e doação de terrenos para construção e instalação de benefícios ao povo da cidade. Doou terreno para construção do prédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, do Quartel da Polícia Militar do Ceará e vendeu um terreno para construção da indústria “VOLTA IND. AGROPECUÁRIA S.A.” (todos nos anos 70) que desenvolvia a industrialização castanha, produto de destaque na economia da região; segundo a documentação essa indústria iria gerar 400 empregos para a cidade. A Associação Comercial de Camocim também coube a instalação da Biblioteca Municipal, criação do Banco do Brasil e a construção do ramal que liga a cidade a Mucambo (os dois últimos por volta de 1919 e anos 20). Todas essas ações estiveram ligadas a relação entre as esferas administrativa como a associação de Sobral, mas diferentemente dela Camocim empreendeu a construção do referido ramal com recursos próprios, o que não minimiza esse auxílio governamental em outros pontos.

Confrontando as fontes das duas associações me deparei com um acontecimento em comum que requereu de ambas o empenho, porém frustrado, de sua reversão: o desativamento da estrada de ferro que ligava as duas cidades por volta de 1977. No ano anterior a Associação Comercial de Camocim envia ofício ao senhor Josias Ferreira Gomes, Secretário de Obras e Serviços Públicos do Ceará, a respeito da implementação de um projeto de extração de minério na mina de cobre em Viçosa do Ceará, que beneficiaria o município com o transporte marítimo e ferroviário do produto. No ano seguinte encontramos duas correspondências (uma de cada associação) que demonstra espanto diante da desativação da ferrovia. Em ofício enviado ao Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A pela Associação Comercial de Camocim temos:

“Senhor Presidente, sabedores de que essa chefia já tem instruções para mandar suspender as atividades ferroviárias de nossa Cidade, lamentavelmente somos forçados juntamente com toda a comunidade camocinense, expressar todos os nossos sentimentos se isso venha ocorrer. Ainda sob o comentário de nossa população e de cidades circunvizinhas, com influencia em iguais condições, abordam que enquanto a terra de Vinho Martins desenvolve em todos os aspectos (industrial, pesqueiro, comercial, educacional e previdenciário) é de se perguntar mesmo quais são os objetivos para tal medida.”

Por sua vez a Associação Comercial de Sobral envia telegrama ao Ministro do Transporte General Dirceu Nogueira:

“Expressamos respeitosamente estranheza norte cearense face inicio execução programa de substituição ferrovia Sobral Camocim (...) receio empresariado local medida torne inviável programa exploração riquezas minerais (...).”

As duas associações se viram surpresas pela medida governamental inesperada, e mesmo diante de apelos não poderão impedir a desativação da ferrovia. Como importantes cidades da região é compreensível que mantivessem interesses comuns.

Como já deixamos entendido no texto às “empreitadas” das Associações Comercias tinham um caráter assistencialista, mas não sem interesses a entidade e seus dirigentes. Observamos claramente sua dimensão política adquirida através de uma visibilidade social almejada pelas mesmas. Essas associações conferiam a se uma importância social e demonstravam-se como representantes do comércio e da população das cidades. Os interesses do comércio eram compreendidos como próprios do público geral, e como afirma o Presidente da Associação de Camocim em ofício enviado ao senhor José Vanildo Santana – Agente dos Portos – essa entidade (e porque não a

Associação Comercial de Sobral) era para seu corpo dirigente, associados e comunidade camocinense seus interpretes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS:

SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará** – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1947.

FARIAS, Airton de. **História da Sociedade Cearense**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2004.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim - CE (1927-1950)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS. 2000. 130 p. II. Dissertação - Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS

Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970. Recife: o Autor, 2008. 257 folhas: Il., tab. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. – Recife, 2008.